



"A PERCEPTIBILIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS PELOS CIDADÃOS É ESSENCIAL"

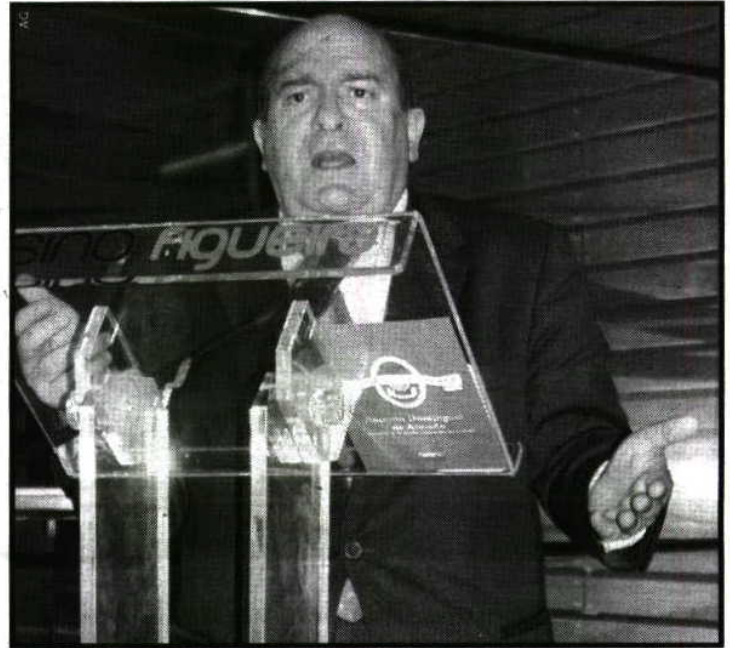
Realizou-se no passado dia 15, no Casino Figueira, mais uma edição dos «Jantares com Ordem», desta feita com António Domingues de Azevedo. Depois de um jantar – dirigido pelo Chef Hélio Loureiro e confeccionado pelo Chef João Gonçalves – onde não faltaram as referências contabilísticas – de um «balancete de legumes do mercado em harmonia com cherne e gambas» a «Contas Douradas» – o Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC) falou sobre a importância da actividade contabilística para as empresas, trabalhadores e sociedade em geral.

Antevendo que os cidadãos terão de, a breve trecho, "exigir do Estado, no mínimo, o mesmo nível de organização e transparência nas contas que o Estado reclama dos cidadãos", Domingues de Azevedo criticou a impunidade dos decisores políticos, considerando que esta é uma situação que está "condenada no curto prazo", sob pena de ser a própria sociedade portuguesa a ver-se sentenciada a uma crise sem fim à vista.

"Terá de haver um enquadramento jurídico que, salvaguardado o risco natural inerente a qualquer tomada de decisão, acabe com isto", defendeu o bastonário, referindo, entre outros, os casos do «buraco orçamental da Madeira» e o da compra de 15 veículos de alta gama para os administradores da CP – empresa cujo passivo, para ser pago, implicaria laborar durante 20 anos sem pagar outras despesas – como exemplo de situações "que não podem continuar".

"A perceptibilidade das contas públicas pelos cidadãos é essencial", defendeu ainda Domingues de Azevedo, garantindo que, no sector público ou no privado, é à contabilidade que cabe garantir, com consciência ética, a verdade da informação dos números.

"A correcção e actualidade da informação é essencial para sustentar as decisões, e até agora a contabilidade é o único meio conhecido para o fazer", afirmou, referindo-se quer ao sector empresarial privado quer às contas públicas. "Somos todos sujeitos activos e passivos nestes processos", disse ainda, sobre a crise actual, cujo início fez remontar ao tempo da "abertura dos mercados, com o livre trânsito de pessoas e bens a pôr fim à protecção" de que beneficiavam os agentes económicos portugueses, dando origem a um "aumento da concorrência e da exigência" a que muitas empresas não souberam dar a resposta que se impunha. Ao invés, lamentou, "fomos atrás de «El Dorados» que interessavam a toda a gente", acusou, revelando a sua opinião pessoal sobre as medidas de austeridade em curso. "Considero que é inoportuno e insensato pensar que vamos resolver em dois anos um problema que deixamos avolumar durante tantos anos", explicou, antevendo o aumento do desemprego como principal consequência do caminho



► Domingues Azevedo defendeu a aposta na contabilidade organizada

traçado, que tem no cidadão comum uma "vítima pré-determinada".

Para minimizar os danos, Domingues Azevedo defende a aposta na contabilidade, independentemente da dimensão das empresas. "Há 45 milhões de pequenas e médias empresas (PME) no espaço comunitário, e a Alemanha e a França têm defendido que estas empresas mais pequenas não precisam de contabilidade organizada", lamenta, considerando que as PME e as micro-empresas são precisamente aquelas que mais precisam do saber contabilístico ao seu dispor. "Quanto menor é uma empresa, mais tem de controlar custos; não podemos querer sustentar o desenvolvimento destas empresas apelando à sua desorganização", frisou, louvando Portugal por, até agora, ter resistido ao caminho defendido por alemães e franceses. Até porque, sublinhou, os registos contabilísticos são a única forma de as empresas de «defenderem» de uma administração fiscal "ávida de receitas", porque não dispõem de grandes recursos jurídicos. Aos empresários, o Bastonário da Ordem dos TOC deixou um conselho: "não vejam a contabilidade como um custo mas como uma bengala para decisões informadas".